

## CLUBE REPUBLICANO

Grupo criado no Rio de Janeiro logo após a Guerra do Paraguai (1864-1870) em protesto contra o centralismo administrativo da Monarquia e em defesa da implantação no Brasil de uma República federativa, segundo o modelo dos Estados Unidos da América. Foi lançado com o *Manifesto Republicano* de 3 de dezembro de 1870 e, em poucos meses, vários clubes semelhantes se espalharam pelo país. O mais importante, em São Paulo, resultou no Partido Republicano Paulista. Os líderes do clube do Rio eram o advogado e deputado Joaquim Saldanha Marinho e o jornalista Quintino Bocaiúva.

### O MANIFESTO REPUBLICANO

Desde o início do Segundo Reinado, em 1840, os partidos Liberal e Conservador alternavam-se no Conselho de Ministros, também chamado gabinete. Em 1868, a substituição do liberal Zacarias Góis de Vasconcelos pelo conservador Joaquim José Torres Rodrigues, visconde de Itaboraí, na chefia do gabinete foi entendida como um golpe de Estado. Na oposição ao novo ministério, os liberais aliaram-se aos progressistas, seus rivais numericamente inferiores, e não participaram da eleição daquele ano. Em 1869, publicaram um manifesto em que denunciavam a instalação de uma ditadura sob a proteção do Poder Moderador – exercido pelo imperador dom Pedro II – e pediam reformas urgentes: voto direto nas cidades com mais de dez mil habitantes, separação entre a polícia e o Poder Judiciário, abolição da Guarda Nacional e extinção gradativa da escravidão.

O manifesto dos liberais não teve grande repercussão, mas chamou a atenção de jovens bacharéis republicanos do Clube Radical que usavam os jornais *Opinião Liberal* e *Correio Nacional* para pedir o fim do Poder Moderador, do Conselho de Estado que lhe era auxiliar, e do Senado vitalício, e ainda a abolição imediata da escravidão sem indenização aos proprietários de escravos. Além dos jornais, os bacharéis disseminavam suas idéias em “conferências radicais” nas províncias, em cidades como São Paulo e Recife. Em 3 de dezembro de 1870, o Clube Radical lançou o *Manifesto Republicano*, na primeira edição do

jornal *A República*, e mudou seu nome para Clube Republicano.

O documento trazia 57 assinaturas de comerciantes, fazendeiros, profissionais liberais e poucas assinaturas de políticos de expressão. Um deles era o conselheiro Saldanha Marinho, líder maçônico, deputado e ex-presidente das províncias de Minas Gerais, São Paulo e Pernambuco, onde nascera. Pouco antes, Marinho se elegera senador, mas fora preterido pelo imperador na lista tríplice para o Senado.

Após analisar a história do Brasil desde a Colônia, o *Manifesto Republicano* atribuía a má administração ao centralismo e indicava o federalismo como solução, por ser “baseado na independência recíproca das províncias”. Pedia a implantação imediata da República, sugeria “a convocação de uma assembleia constituinte com amplas faculdades para instaurar um novo regime”, e terminava com a referência ao federalismo norte-americano: “Somos da América, queremos ser americanos.” Apesar de a escravidão já ter sido extinta em outros países do continente, o documento não abordava a questão. O texto é atribuído ao jornalista Quintino Bocaiúva, maçom como Saldanha Marinho, que se tornaria o primeiro ministro das Relações Exteriores da República e, depois, presidente do estado do Rio de Janeiro.

Em função do *Manifesto*, mais de 20 jornais e clubes republicanos surgiram nas províncias. O mais importante era o de São Paulo, que realizou uma convenção em Itu, no interior do estado, em 18 em abril de 1873, e um congresso na capital logo depois. Além de fundar o Partido Republicano Paulista (PRP), os republicanos lançaram uma proposta de Constituição para seu estado, fiéis à idéia do federalismo. Embora detalhada, a carta legal também não tomava partido na questão da escravidão. Alegava que cabia aos monarquistas cuidar do assunto e que, caso os republicanos os fizessem, seria uma decisão de cada província, sempre com indenização aos senhores de escravos. O historiador José Murilo de Carvalho, na biografia de dom Pedro II, chama a atenção para o fato de que boa parte desses republicanos eram fazendeiros de café e donos de escravos, como Manuel de Campos Sales, que seria eleito presidente do Brasil em 1898, pelo PRP.

A partir da convenção de Itu, o movimento avançou também por Minas Gerais e pelo Sul

do país. No entanto, não parecia ser levado a sério pelo imperador, sempre atacado pelos republicanos por representar o regime que queriam extinguir e por exercer o Poder Moderador, que lhe dava o direito de intervir em toda a política nacional e era considerado umas das causas das mazelas do país. Ainda segundo José Murilo de Carvalho, dom Pedro II impediu que o chefe do Conselho Ministros, marquês de São Vicente, negasse aos republicanos declarados acesso aos cargos públicos. São Vicente substituiu o visconde de Itaboraí a partir de 1870 e alegava que mesmos países democráticos como a Inglaterra não admitiam inimigos das instituições no serviço público, como era o caso dos signatários dos manifestos.

Durante a gestão visconde do Rio Branco como chefe do gabinete, entre 1871 e 1875, sucedendo à de São Vicente, a tipografia de *A República* foi assaltada. O jornal, que surgira com três edições semanais, tornara-se diário em menos de um ano, com tiragem de dez mil exemplares, número excepcional para uma cidade com menos de um milhão de habitantes, majoritariamente analfabetos. Sob a direção de Quintino Bocaiúva, publicava artigos dos fundadores do Clube Republicano. O ataque à tipografia foi creditado à polícia ou à sua conivência com os responsáveis pelo ato. Embora o jornal se tivesse tornado importante veículo da elite favorável fim da monarquia, dom Pedro II condenou o ato e exigiu punição para os responsáveis, aumentando a impressão de sua ambiguidade quanto ao regime republicado. O imperador deu, porém, um duro golpe nos partidários da República em 1878, quando Lafayette Rodrigues Pereira, signatário do *Manifesto Republicano*, aceitou um cargo no Conselho de Ministros chefiado pelo visconde de Sinimbu.

O Clube Republicano, se não foi decisivo para a proclamação da República em 1889, 19 anos depois de sua criação, serviu para disseminar o ideal pelo país, ao menos entre a elite letrada. Além disso, evidenciou um dos elementos do dualismo que o historiador Raimundo Faoro aponta como constante na história política brasileira: federalismo contra centralismo, setor privado contra burocracia etc.

*Beatriz Coelho Silva*

FONTES: CARVALHO, J. *Pedro II*; FAORO, R. *Donos*; FLORES, M. *Dicionário*; GOMES, R. *Revolução*; SCHILLING, V. *Movimento*; Wikipédia. Disponível em: <<http://www.wikipedia.org/>>. Acesso em: 29/5/2009.